

MATHEUS BARBOSA FURTADO

Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e social

**DESINFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

**Rio de Janeiro
2023**

MATHEUS BARBOSA FURTADO

DESINFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

uma análise do impacto da desinformação na Implementação de políticas durante a pandemia de COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Gestão Pública, com ênfase no Terceiro Setor.

Orientadora: Prof.Dr.: Lalita Kraus

**Rio de Janeiro
2023**

CIP - Catalogação na Publicação

B427d Barbosa Furtado, Matheus
Desinformação e implementação de Políticas Públicas
no contexto da Pandemia de Covid-19 / Matheus
Barbosa Furtado. -- Rio de Janeiro, 2023.
42 f.

Orientadora: Lalita Kraus.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2023.

1. Desinformação. 2. Fake News. 3. Políticas
Públicas. 4. Implementação de Políticas. 5. Covid-19.
I. Kraus, Lalita, orient. II. Título.

MATHEUS BARBOSA FURTADO

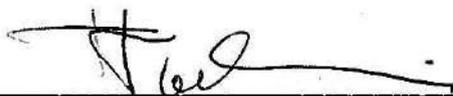
**Desinformação e Implementação de Políticas Públicas no Contexto
da Pandemia de Covid-19**

Desinformação e Implementação de Políticas

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 10/02/2024

BANCA EXAMINADORA



Tamara Tania Cohen Egler

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Carolina de Oliveira Lemos

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Carolina Oliveira de Andrade Lemos



Lalita Kraus

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Lalita Kraus

RESUMO

O objetivo desse trabalho é conduzir uma análise exploratória sobre a influência da desinformação na implementação de políticas públicas, com ênfase no contexto brasileiro da pandemia COVID-19. Inicialmente, será apresentado um panorama histórico da desinformação, abordando sua evolução e conceito em meio à expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O intuito é compreender os possíveis obstáculos decorrentes das *Fake News* e a forma como interferem na implementação de políticas públicas e na democracia em geral. O estudo inclui uma revisão de literatura focada no tema, assim como os resultados da pesquisa realizada em 2020 e 2021 que resultou na publicação do artigo intitulado "O poder técnico-informacional do WhatsApp em tempos de COVID-19". A partir de mensagens coletadas em grupos bolsonaristas no Whatsapp, caracterizamos o fenômeno da desinformação no contexto da pandemia e de que forma afetou diretamente a implementação de uma política de enfrentamento pandêmico.

PALAVRAS-CHAVE: desinformação, fake news, políticas públicas, implementação de políticas, covid-19.

ABSTRACT

The objective of this study is to conduct an exploratory analysis of the influence of disinformation on the implementation of public policies, with emphasis on the Brazilian context of the COVID-19 pandemic. Initially, a historical overview of disinformation will be presented, addressing its evolution and concept in the midst of the expansion of Information and Communication Technologies (ICTs). The aim is to understand the possible obstacles arising from fake news and how they interfere with the implementation of public policies and democracy in general. The study includes a literature review focused on the theme, as well as the results of the research conducted in 2020 and 2021 that resulted in the publication of the article entitled "The technical-informational power of WhatsApp in times of COVID-19". Based on messages collected in Bolsonaroist groups on WhatsApp, we characterized the phenomenon of disinformation in the context of the pandemic and how it directly affected the implementation of a pandemic response policy.

KEYWORDS: disinformation, fake news, public policies, policy implementation, covid-19.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 : Desordem Informacional	5
Figura 2 - Manifestantes reafirmando a identidade do ciberespaço	7
Figura 3 - Bolsonaro em vídeo tomando cloroquina	23
Figura 4 - Twitter de Bolsonaro, defesa cloroquina.	24
Figura 5 : Orientação Ministério da Saúde - Twitter	26

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Códigos: Tipo de conteúdo informacional	14
Tabela 2 : Códigos : Fonte do conteúdo informacional	14

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 - Natureza do conteúdo informacional	15
Gráfico 2 - Fontes do conteúdo informacional	17

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	O ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO.....	3
3	DESINFORMAÇÃO E WHATSAPP NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19.....	10
4	DESINFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade democrática de direito, o acesso e qualidade da informação é fator decisivo, pois é a partir da informação que os cidadãos obtêm conhecimento, formam opiniões e participam ativamente na tomada de decisão. Dessa maneira, é de suma importância que as autoridades competentes tenham certo nível de controle informacional, para que haja na sociedade a disseminação de informações concisas e creditadas por fontes confiáveis.

No entanto, nas últimas décadas, em função do surgimento e expansão das mídias sociais a maneira pela qual se compartilha e se obtêm acesso a fontes de informação mudou drasticamente, passando de maneira expressiva para ambientes digitais, nos quais ocorrem a produção, o direcionamento e a disseminação dos conteúdos.. Nesse contexto surgem novos desafios quanto à circulação e veracidade de informações, principalmente quando pensamos na capacidade de disseminação e viralização de *fake news*, com objetivos articulados em função de obter algum ganho político, econômico ou social (BAPTISTA et al., 2019; EGLER et al, 2021; MAGENTA et al., 2018). Durante a pandemia de COVID-19, as mídias sociais, em particular o WhatsApp, têm sido apontadas como plataformas propícias para a propagação rápida e ampla dessas notícias falsas (IPEA, 2019).

No contexto da pandemia de COVID-19, a desinformação ganha um destaque ainda maior, uma vez que informações falsas e enganosas podem ter graves consequências para a saúde pública e adoção de políticas eficazes de combate ao vírus. A desinformação, disseminada rapidamente nas mídias sociais, e WhatsApp acabam prejudicando a informação e conhecimento acerca da doença, a eficácia das medidas preventivas e o enfrentamento adequado da crise sanitária.

Durante o momento de pandemia, eu fui bolsista de iniciação científica no Labespaço no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse período tive meu primeiro contato com o tema e devido à relevância social do mesmo escolhi esse tema como foco do meu trabalho de conclusão de curso, considerando que os mecanismos e as possíveis consequências das informações com intuito de desinformar se revelaram fundamentais para democracia e para a elaboração de políticas públicas eficazes no contexto pandêmico.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é relacionar a desinformação com as políticas públicas, apontando a maneira pela qual a disseminação de informações falsas influencia a

tomada de decisões governamentais, além da efetividade das políticas públicas, e a confiabilidade da sociedade nas instituições, através da manipulação da opinião pública.

Para tanto, a metodologia adotada neste trabalho abrange a análise de mensagens coletadas em grupos bolsonaristas no WhatsApp durante o período de fevereiro a abril de 2020. Para acessar esses grupos, foram utilizados links públicos em conformidade com normas éticas. Devido à impossibilidade prática de obter consentimento dos membros dos grupos sem prejudicar a continuidade do estudo, foi adotada uma abordagem de pesquisa encoberta, em conformidade com as diretrizes éticas previstas pela resolução n. 510 do Conselho Nacional de Saúde.

A metodologia envolveu a entrada inicial em um grupo bolsonarista utilizando um link público. Utilizando a técnica da bola de neve, novos grupos foram acessados através de links frequentemente compartilhados pelos membros, formando assim um banco de dados de grupos com afinidade ideológica. A seleção final de 63 grupos bolsonaristas foi feita após filtrar os grupos militantes políticos com atividade diária superior a 200 mensagens e que expressavam apoio declarado a Bolsonaro em seus nomes e descrições.

Utilizando a função de exportação do aplicativo foram exportadas todas as conservas dos grupos nos meses de fevereiro, março e abril de 2020. Escolhemos as mensagens que foram analisadas a partir de categorias formuladas para analisar a natureza do conteúdo informacional e o tipo de fonte. O software Atlas.ti foi empregado para realizar a análise do *dataset*, aplicando as categorias selecionadas a cada mensagem relativa a COVID-19.

A análise quantitativa e qualitativa das mensagens que envolviam conteúdo relativo a pandemia permitiu identificar a natureza do conteúdo informacional, estratégias de disseminação de desinformação e possíveis impactos na implementação de políticas públicas durante o período da COVID-19.

A estrutura do trabalho, será dividida em três seções principais. A primeira seção apresenta o panorama da desinformação e seu debate teórico. Na seção 2, será abordado o fenômeno da desinformação no contexto específico da pandemia, incluindo sua relação com a política de saúde, principalmente quanto à prevenção e combate ao vírus COVID-19. Aqui será definida a desinformação qualificando o conteúdo e as fontes das mensagens coletadas no Whatsapp. Na última seção, chega ao tema principal do trabalho, que nesse sentido, trata-se de discorrer sobre a desinformação e a influência da mesma sob a fase de implementação de uma política pública durante a pandemia.

Por fim, almeja-se que esse estudo possa contribuir significativamente para a ampliação do nosso entendimento acerca dos desafios intrínsecos à implementação de

políticas públicas, especificamente no que concerne à sua eficácia junto à sociedade, à influência exercida sobre a opinião pública, à confiança depositada nas instituições governamentais em um contexto permeado pela desinformação.

2 O ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO

A difusão de notícias falsas como fenômeno social tem uma longa história, e se manifesta em diferentes períodos e contextos sociais. A localização histórica do surgimento do termo "notícias falsas" também é a localização histórica do surgimento da informação, pois ambos estão relacionados em uma interação direta para a comunicação (RÊGO; BARBOSA, 2020). Um exemplo notório da manipulação da informação para fins políticos pode ser observado durante a Segunda Guerra Mundial, em que a disseminação de notícias falsas e propaganda desempenharam um papel fundamental por parte de governos totalitaristas com o intuito de manipular a opinião pública e mobilizar o apoio para os conflitos (ALTARES, 2018).

Embora o papel histórico da desordem informacional tenha sido bem documentado historicamente, é importante compreender que com o avanço das tecnologias digitais e da Internet a necessidade de discutir o conceito de desinformação ficou ainda mais relevante, uma vez que testemunhamos algo novo, que seria a circulação de informação numa velocidade nunca vista em escala global, além de uma infinidade possibilidades de criar, disseminar e consumir conteúdo sem que haja tanta possibilidade de verificar a veracidade das mesmas (EGLER et al, 2021; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017; FORSTER et al 2022).

Outra característica do sistema informacional nas redes sociais é uma estrutura de propagação da informação que facilita a desinformação. O efeito “*filtro bolha*”, por exemplo, refere-se ao recebimento de conteúdos específicos personalizados com base em comportamento anterior na rede, ou histórico de navegação, e suas preferências. Dessa maneira, os utilizadores acabariam sendo expostos principalmente a opiniões e informações que se alinham com suas próprias crenças e interesses, criando uma espécie de “bolha” (PARISER, 2011). Essa personalização de conteúdo possui sérias implicações informacionais pois reduz a exposição dos indivíduos a opiniões divergentes e, ao mesmo tempo, os deixa mais suscetíveis a aceitar informações que confirmam suas crenças, mesmo que falsas. Isso favorece o fenômeno da desinformação, dificultando a sua identificação e desconstrução (SANTANA et al, 2022.).

Na última década o tema da manipulação da informação tem sido amplamente debatido na literatura científica de diversas áreas, além de ter se tornado um termo amplamente debatido na sociedade. Não por acaso que no ano de 2017, o termo *fake news* foi eleito palavra do ano pelo dicionário Collins (COLLINS DICTIONARY, 2017) e ainda hoje continua sendo relevante para o debate político em nível nacional e internacional. A *fake news* é falsa e intencional, induzindo os leitores ao erro (ALCOTT & GENTZKOW, 2017). Trata-se de uma “informação ideologicamente extremas, enganosas e factualmente incorretas”, que imitam o formato de notícia (LAZER ET AL., 2018; MARCHAL ET AL., 2019, p.1.). O termo tornou-se em pouco tempo amplamente utilizado no campo político e no debate público e passou também a ser instrumentalizado para classificar e deslegitimar opiniões divergentes ou incômodas.

Apesar do termo ter se tornado extremamente corriqueiro e popular, acreditamos que o termo desinformação seja mais apropriado e complexo (SOUZA ALVES; HALFELD, 2020). Primeiro, o termo *fake news* remete a uma notícia falsa, mas preferimos desconstruir a ideia que de uma notícia pode ser falsa, ou seja, se é falsa não pode ser uma notícia (INTERVOZES, 2019). Notícia falsa pode, assim, ser interpretada como um oxímoro. Além disso, queremos destacar que a informação pode ser, não apenas verídica ou distorcida, mas um componente central de uma estratégia política, para manter o poder, e econômica, tornando-se uma estratégia altamente lucrativa (Ibid). Por isso, preferimos utilizar o conceito de **desinformação** (COMISSÃO EUROPEIA, 2017; BANJI; BATH, 2018). A desinformação se caracteriza por ter objetivos claros de induzir a formação de opiniões, com a finalidade de favorecer algum interesse ou narrativa de forma deliberada e orquestrada (FALLIS, 2015).

Dentro desse emaranhado da desordem informacional, a literatura define categorias para definir fenômenos informacionais, pois podem apresentar variações em termos de intencionalidade e dano provocado. Para elucidar essa distinção, Claire Wardle e Hossein Derakshan (2017) apresentam três categorias dessa informação enganosa (Figura 1):

- Desinformação (Dis-information): caracteriza-se por informações falsas que foram conscientemente concebidas com o propósito de prejudicar indivíduos, grupos sociais, organizações ou nações. Trata-se de uma fabricação deliberada destinada a propagar falsidades visando danos específicos.
- Informação Incorreta (Mis-Information): caracteriza-se por dados imprecisos que podem carecer de veracidade, mas não são originados com a intenção explícita de

causar dano. Essa categoria abarca equívocos ou erros na divulgação de informações, muitas vezes sem uma agenda maliciosa associada.

- **Mal-Informação (Mal-Information):** engloba informações fundamentadas em fatos, porém manipuladas ou distorcidas com o intuito de causar prejuízos a indivíduos, organizações ou nações. Nesse caso, a base de realidade é explorada de maneira a acentuar seus aspectos negativos, promovendo um impacto lesivo.

Essa categorização é importante para o entendimento das nuances que se encontram na disseminação de informações enganosas.

Figura 1 : Desordem Informacional



Figura 1: “Desordem da informação”.

Essa categorização aponta, assim, que existem informações que são criadas, inclusive inventadas, com um intuito político. Esse tipo de conteúdo é o foco do presente trabalho.

Existem, portanto, diferentes conceituações do fenômeno, porém um elemento que é analisado de maneira recorrente é o reconhecimento da prática e uso de informações falsas serem um fenômeno histórico. Fazendo um panorama histórico mais recente e trazendo a problemática da desinformação para a política, devemos destacar as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, que foram fortemente influenciadas pela disseminação de *fake*

news, ao ponto de ter influenciado o resultado eleitoral. As redes sociais, especialmente o Facebook e o Twitter, desempenharam um papel crucial na disseminação de conteúdo e na formação da opinião pública, e aqui trata-se do contexto de propaganda eleitoral marcado pelo escândalo da Cambridge Analítica. O Facebook, por exemplo, admitiu que até 126 milhões de seus usuários foram afetados por publicações de uma empresa ligada ao Kremlin chamada *Internet Research Agency*, durante as eleições presidenciais. O twitter identificou 3.814 contas dedicadas a criação de conteúdo possivelmente desinformativo. Os serviços de inteligência dos EUA, responsabilizam diretamente Moscou por coordenar uma estratégia abrangente, que inclui desde invasões a e-mails dos democratas, disseminação de notícias falsas e propaganda em favor do candidato Republicano, Donald Trump, e para prejudicar a imagem da candidata democrata, Hillary Clinton (EL PAÍS, 2018).

O procurador especial Robert Mueller foi nomeado para investigar essas alegações de interferência. Como resultado foi obtido um relatório, que ficou conhecido como “Relatório Mueller”, onde foram reveladas evidências de que houve interferência da Rússia nas eleições americanas mediante uma “Guerra da Informação”, em que foram atacadas as instituições democráticas estadunidense para minar a confiança nas instituições e propagar o caos informacional. Com esse intuito, foram criadas contas falsas em redes sociais, blogs e sites que disseminavam notícias forjadas e polarizadoras. No relatório também mostra que houve a tentativa de amplificar as tensões sociais, explorando questões sensíveis como raça, imigração e polarização política, amplificando com isso as divisões existentes na sociedade e incentivando conflitos e dicotomia.

Foi um momento histórico marcante que mostrou como as redes sociais constituíam um terreno fértil para a disseminação de conteúdo político, devido à sua capacidade de conexão, à coleta de dados personalizados sobre os eleitores e à possibilidade de direcionamento de conteúdo (Tufekci, 2017; inserir referências).

Além disso, ficou evidente como a desinformação se tornou uma estratégia política, seriamente prejudicial para a democracia, influenciando a opinião pública, as escolhas eleitorais e gerando o caso informacional de uma forma até então inimaginável (ALLCOTT, H., & GENTZKOW, M, 2017).

É notável como as mídias digitais fazem parte do cotidiano das pessoas, dando a essas uma gama imensa de possibilidades de comunicação, mudando assim a forma como a população participa na produção e obtenção de informação. Sendo a informação um dos pilares fundamentais de qualquer sistema democrático, a internet mudou completamente o contexto político e o sistema democrático contemporâneo (Jardelino et al 2020). Desde

2013, as redes sociais mostram sua importância política ao se tornarem terreno de articulação e mobilização social (EGLER ET AL, 2014) (Figura 2).

Figura 2 - Manifestantes reafirmando a identidade do ciberespaço



Fonte: <http://www.each.usp.br/petsi/jornal/?p=1906>

A partir desses e de outros acontecimentos, podemos observar que a internet se caracteriza não apenas como algo virtual, meramente digital, mas sim como parte constitutiva do mundo real, que tem o poder de construir e reconstruir a realidade física, onde vital e virtual se misturam (EGLER, 2013). Assim, entendemos que o que acontece no mundo digital acaba influenciando de maneira concreta o mundo real, e vice versa. Nesse contexto, as informações deliberadamente falsas ou imprecisas, com intuítos claros de obter algum benefício político ou social, reverberam na sociedade estimulando articulações, ações e comportamentos. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 2016 com o Impeachment da ex Presidente, Dilma Rousseff. O processo de impeachment envolveu um processo mais amplo de desconstrução da imagem da presidenta e de seu partido, que eram inflamados pelo baixo sucesso da economia do início do seu segundo mandato, além da utilização de campanhas difamatórias que incendiaram o debate público, onde foi construído uma imagem de que a presidente era incapaz de governar, além de corrupta e interesseira (Piaia, V, 2018). A desinformação representou uma estratégia de destruição política num contexto de intensa

polarização. A desinformação atingiu níveis tão alarmantes que, de acordo com um estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da USP, que analisou mais de 8.000 reportagens provenientes de 117 fontes jornalísticas, incluindo jornais, revistas, sites e blogs de notícias, três das cinco notícias mais compartilhadas no Facebook eram, na realidade, informações falsas (GPOPAI, 2016). Esse fenômeno ilustra a gravidade da disseminação de desinformação durante um período crítico da política brasileira.

No ano de 2018, aconteceram as eleições presidenciais no Brasil e podemos dizer que esse momento foi crucial para a circulação de informação política, e a formação da opinião pública em meio ao declínio da confiança na grande mídia, além de protagonizar um momento de forte polarização e aumento da desinformação (NIELSEN et al., 2019). A disseminação de notícias falsas foi um fenômeno generalizado e, segundo estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), foram disseminadas mais de 3 milhões de notícias falsas sobre as eleições de 2018. É nesse momento que o termo *fake news* se torna familiar para os brasileiros e o aplicativo Whatsapp começa a ter um papel importante para a sua disseminação (Baptista et al., 2019). É o uso do aplicativo que motivou a presente pesquisa.

Durante esse período eleitoral algumas notícias falsas tornaram-se icônicas, entre essas, o “*kit gay*”, que teve sua autoria atribuída ao candidato Fernando Haddad, do Partido dos trabalhadores, e criou uma falsa narrativa de que o projeto seria pautado pela distribuição de um kit para crianças de seis anos, com capacidade de influenciar no desenvolvimento da sexualidade infantil. Contudo, vale ressaltar que o projeto real proposto pelo candidato, era denominado "Escola sem Homofobia", e visava combater o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ (ALTARES, 2018).

Após as eleições de 2018, devido às numerosas denúncias de disparos massivos e tentativas de manipulação da realidade, houveram as primeiras tentativas de regulamentação. Uma das propostas para a regulação surgiu através do Projeto de Lei (PL) 2630/2020, elaborado pelo Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB). Um ponto de destaque abordado no projeto refere-se aos “disparos” em massa de mensagens, visando coibir essa prática por meio da limitação do envio de transmissões e da imposição de penalidades aos financiadores dessas ações. Para além disso, também ficou estipulado no PL, a necessidade das redes digitais terem representantes legais no país. O PL, também requisita à transparência, de maneira que as plataformas seriam obrigadas a entregar relatórios trimestrais e a fornecer informações sobre suas políticas de moderação de

conteúdo, bem como sobre os dados que coletam e armazenam dos usuários. Outro ponto contemplado pelo PL, se dá em função da responsabilidade das plataformas digitais, no sentido de que essas seriam responsabilizadas pelos danos causados por conteúdos publicados dentro de suas plataformas, tentando com isso, de certa maneira, fazer com que tenha uma maior fiscalização por parte das redes digitais (Projeto de Lei nº 2630, 2020).

Além das propostas políticas, também a sociedade civil está profundamente envolvida no debate. Diversos especialistas, entidades, organizações e grupos têm contribuído de forma diligente para o diálogo legislativo, especialmente no que tange a efetivação e as propostas do Projeto de Lei nº 2630, de 2020. Destaca-se nesse quesito a Coalizão Direitos na Rede (CDR), rede de entidades de mais de 50 organizações com membros da área acadêmica, e da sociedade civil, que defendem a regulamentação das plataformas digitais como maneira de frear o fenômeno da desinformação. Entre as pautas defendidas pela CDR está aumentar o acesso, a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais e a privacidade na internet, como também a expansão do escopo da regulamentação, de maneira que inclua diferentes plataformas digitais, além de melhorias nos mecanismos de transparência e a proibição de disparos em massa de conteúdo, para uma viralização forçada.

Devido, portanto, à relevância política e social do fenômeno da desinformação, existe uma tentativa de contenção de seus efeitos. Efeitos que podem ser lidos, não apenas em contexto eleitoral, como é amplamente estudado na literatura (CARDOSO; EVANGELISTA, 2020; CHAGAS et al., 2019; RESENDE et al., 2019; PIAIA; ALVEZ, 2020), mas também para a realização de políticas públicas. Para tanto, optamos por abordar a relação entre desinformação e políticas públicas no contexto da COVID-19. Entre os inúmeros estudos que foram publicados após a eclosão da pandemia, observamos investigações que focam em aspectos específicos da estrutura argumentativa acerca da covid-19, como o descrédito na ciência (GOULART; MASSUCHIN et al., 2021) ou a narrativa da cloroquina (CARDOSO et al., 2021). A presente pesquisa se insere no grupo de estudos que destacam a instrumentalização política do debate sobre covid-19 no WhatsApp (SOARES et al., 2021).

3 DESINFORMAÇÃO E WHATSAPP NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Os primeiros casos do novo coronavírus (SARS-CoV-2) foram identificados em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Rapidamente, o vírus se espalhou para diversas partes do mundo. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a disseminação do vírus constituía uma Emergência de Saúde Pública com Importância Internacional. Em 11 de março de 2020, essa situação foi elevada ao status de pandemia. Diante desse cenário, foram implementadas medidas restritivas com o objetivo de proteger a população e conter a propagação do vírus. Com a orientação de permanecer em casa, milhões de pessoas passaram a trabalhar remotamente, e suas vidas passaram a se situar cada vez mais, em um mundo digital, expostos à ação algorítmica e à dinâmica informacional das redes sociais (CARDOSO; EVANGELISTA, 2020; OPAS, 2024)

Em um período marcado pela tragédia da pandemia, a informação torna-se uma ferramenta fundamental para conscientizar a população e promover a adoção de medidas coletivas e individuais de prevenção. Este é um momento que exige solidariedade e colaboração em prol do bem comum. No entanto, infelizmente, a devastadora pandemia do COVID-19, gerou também uma perigosa “infodemia”, que seria a proliferação do vírus da desinformação.

Esse fenômeno tem consequências graves, como quando, no caso do Irã, levou dezenas de pessoas a beber álcool adulterado por acreditar em boatos que apresentavam curas para o coronavírus (GOMES, 2020). E, em contexto geral, pode ser fatal, quando desorienta a ação individual e coletiva, comprometendo a aderências às orientações estabelecidas por organizações de saúde. Tal fenômeno contribui para a potencial ampliação das possibilidades de propagação do vírus, resultando em implicações substanciais para a saúde pública.

Ao longo da pandemia de COVID-19, o WhatsApp se caracterizou como um espaço permeado por conteúdos informativos que buscavam minimizar a seriedade da doença, questionar as autoridades científicas e fomentar a desconfiança em relação aos dados oficiais e às notícias veiculadas pela mídia. De tal maneira, o avanço da pandemia foi acompanhado também, de uma “infodemia”, ou a disseminação do vírus da desinformação (CARDOSO; EVANGELISTA, 2020). Diante desse contexto, na pesquisa optamos por investigar a dinâmica informativa dos grupos bolsonaristas no aplicativo durante os estágios iniciais da pandemia do coronavírus. Com objetivo de contribuir para os estudos sobre desinformação por meio de uma análise do uso político do aplicativo e seu impacto na

circulação de informações, destacando as fontes de circulação dos conteúdos e os tipos de informações que eram compartilhadas. A identificação da natureza da informação e de sua origem permite evidenciar aspectos fundamentais do processo de legitimação de uma determinada ideologia política. Portanto, nossa intenção não é somente apresentar um estudo meramente ilustrativo sobre desinformação relacionada à COVID-19, mas sim destacar o poder político e informativo do WhatsApp, utilizando as informações sobre o coronavírus como um estudo de caso.

Durante o trabalho, acompanhamos 50 grupos de direita e pró-bolsonaro no Whatsapp, com intuito de compreender a dinâmica informacional nesses grupos. O Whatsapp revela mudanças profundas na dinâmica de produção, obtenção e compartilhamento de informações (BAPTISTA et al., 2019; MAGENTA et al., 2018).

Nos grupos, encontramos um intenso fluxo de mensagens, de 200 a 1000 por dia. ao mesmo tempo em que observamos uma estratégia de difusão em rede baseada na disseminação de convites. Alguns perfis, incluindo muitos administradores, participam de vários grupos, sugerindo a existência de uma rede organizada de grupos interconectados. É notável que a maioria dos administradores usa chips da região Centro-Oeste e Sudeste, o que sugere uma mobilização concentrada nesses territórios.

Dentro dessa complexa organização em rede, há mais do que a criação de um espaço de diálogo e trocas de opiniões, entre pessoas que simpatizam com um mesmo viés ideológico. Aqui é possível observar o compartilhamento sistematizado de conteúdo, carecendo de debate ou diálogo. Essa dinâmica fica visível pela maneira, que o foco dos ataques e o tema da indignação mudam de maneira orquestrada, em todos os grupos, caracterizando assim os grupos como canais de difusão de informações, que funcionam como câmaras de eco, com um volume impressionante de mensagens chegando a mais de mil por dia.

A dinâmica informacional que se observa nos grupos do WhatsApp revela o potencial desse aplicativo como espaço para a legitimação de visões de mundo e posicionamentos políticos. Isso ocorre por meio de iniciativas de compartilhamento de conteúdo que são pequenas e dispersas, mas que, quando combinadas, podem gerar um impacto significativo. Os grupos conectados funcionam como uma infraestrutura sociotécnica que facilita a circulação de informações e a construção de consensos. Esses podem ser usados para amplificar mensagens e ideias, e para moldar as percepções públicas.

Em geral, o potencial informacional do Whatsapp se comprova tanto pelo grande número de usuários, quanto pela intensidade de uso, considerando que no Brasil é o aplicativo de mensagens mais utilizado (CARVALHO, 2022). De acordo com uma reportagem da revista Veja (SANCHES, 2022), estima-se que a popularidade do aplicativo entre pessoas que tenham smartphone e acesso a internet, é de 99%. Em função de sua alta popularidade, o aplicativo se torna um espaço privilegiado para a comunicação e propaganda política.

Analisando o uso do App no cenário político brasileiro, durante as eleições de 2018, o WhatsApp se consolidou no contexto eleitoral como uma importante ferramenta de marketing político e também como um espaço que dava continuidade às discussões políticas, uma vez que as pessoas poderiam, demonstrar com mais clareza e menos constrangimento suas posições ideológicas, seja em mensagens privadas ou em grupos. (BAPTISTA et al., 2019; MAGENTA et al., 2018).

Durante a pandemia da COVID-19, a problemática da desinformação se intensifica devido à interseção das questões administrativas de combate à pandemia, com os conflitos cotidianos da política e o ambiente de crise econômica e social instaurado. Dessa maneira, a desinformação política, se transforma em desinformação médico-científica, onde recomendações públicas das autoridades científicas são questionadas como se tivessem um viés ideológico, tal qual narrativas elaboradas de maneira conspiracionista sobre o público. (CARDOSO; EVANGELISTA, 2020).

O Whatsapp representa um espaço técnico-informacional em que grupos políticos e ativistas atuam. Na rede bolsonarista, por exemplo, identificamos 3 categorias principais: os produtores de conteúdo, os grupos militantes e outros grupos. Todos estariam interligados de certa maneira, sendo que os grupos militantes se organizavam como verdadeiros ativistas digitais garantindo o compartilhamento sistemático e impulsionando a viralização de conteúdos. Esses eram criados pelos produtores de conteúdo e divulgados através de sites, redes sociais, mídias e outros canais. Tais produtores faziam a curadoria dos seus conteúdos, sem mediação, buscando o maior número de visualizações, com fins econômicos e políticos, utilizando de títulos chamativos, com teor emocional apelativo.

Com isso, o WhatsApp se tornava o local onde eram disparadas as notícias criadas pelos produtores e compartilhadas incessantemente pelos grupos militantes. O conteúdo, impulsionado principalmente pelos militantes, chega no estágio final da viralização quando alcança um nível que de certa maneira furaria a bolha, chegando a diferentes tipos de grupos e usuários. Aqui há uma dinâmica entre os grupos que se sustenta de maneira

retroalimentada, pois as informações são criadas, divulgadas e impulsionadas, gerando inclusive cliques e lucro ao serem acessadas.

Nesse contexto, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), *fake news* circulam até 70% mais rápido do que notícias verdadeiras, sendo assim, as possibilidades de viralização aumentam. Além disso, como o compartilhamento das informações é feito de maneira sistemática, e por toda a rede de grupos, torna dificultosa a identificação da origem do conteúdo, assim como o controle e o rastreamento do seu fluxo (KRAUS, L. MEIRA, A. BARBOSA, M, 2022; GHEDIN et al., 2019; ALCOTT & GENTZKOW, 2017). A dinâmica informacional do WhatsApp, com sua alta circulação de mensagens, facilita a disseminação de informações falsas ou distorcidas. Essas informações podem ser usadas para instrumentalizar acontecimentos catastróficos, como a pandemia de COVID-19 para fins políticos. Nesse processo a informação pode ser, não apenas não verdadeira ou distorcida, mas componente central de estratégias intencionais de manipulação da opinião pública para legitimar e manter uma posição de poder.

Optamos, portanto, por realizar semanalmente a exportação das conversas dos grupos acompanhados. A análise do dataset foi conduzida utilizando o software “Atlas.ti.” destacando todas as mensagens que continham as palavras chaves "corona" ou "vírus", o que resultou na seleção de 27.820 mensagens. Tais mensagens foram categorizadas aplicando as categorias relativas à natureza do conteúdo informacional (Tabela 1) e aos tipos de fontes (Tabela 2). Os códigos de cada categoria eram inseridos manualmente para caracterizar cada mensagem. Os códigos foram escolhidos a partir da categorização definida em outros estudos (Machado et al., 2018; Tomaél et al., 2008) e sucessivamente adaptados ao objeto de nossa análise. É necessário informar que quanto a natureza do conteúdo, as mensagens poderiam conter mais de um código, porém, a designação do tipo de conteúdo foi feita em função da característica mais marcante da mensagem.

Tabela 1 - Códigos: Tipo de conteúdo informacional

Midia	Midia hegemônica	Âmbito do setor midiático profissional tradicional e de grandes grupos midiáticos
	Midia hegemônica internacional	
Política	Especialistas	Conteúdo oriundo de estudos acadêmicos e de instituições de pesquisa
	Governo	Conteúdo publicado por instituições governamentais e públicas
	Partido político e políticos	Conteúdo oficial produzido por partidos políticos e políticos, incluindo as redes sociais
Sites	Junk local	sensacionalista, provocativo e conspiratório. São incluídas fontes que: 1) não adotam requisitos mínimos de profissionalismo jornalístico, tais como a inclusão dos nomes dos jornalistas e do corpo editorial, informações acerca do contato e da sede; 2) usam predominantemente linguagem sensacionalista e excessiva; 3) divulgam conteúdo não verídico apresentando fontes não confiáveis. Os adjetivos "local, nacional, internacional" definem a escala dos fatos apresentados. Por exemplo, o site junk local divulga informações relativas a acontecimentos na escala local (bairro, município e estado).
	Junk nacional	
	Junk internacional	
	Site político	Apresentam-se como sites midiáticos que respeitam critérios mínimos de profissionalismos relativos à indicação do corpo editorial e da equipe de colaboradores. São fundados principalmente por indivíduos e grupos que se apresentam como independentes. O site local divulga informações relativas a acontecimentos na escala local (bairro, município e estado).
	Site político local	
	Site pró-governo	
Mídias sociais		Páginas Facebook e canais Youtube
Sem fonte		Não aparece como fonte específica. Pode se tratar de mensagem escrita pelos membros do grupo ou como acontece frequentemente, mensagem encaminhada

Fonte: Retirado de artigo próprio

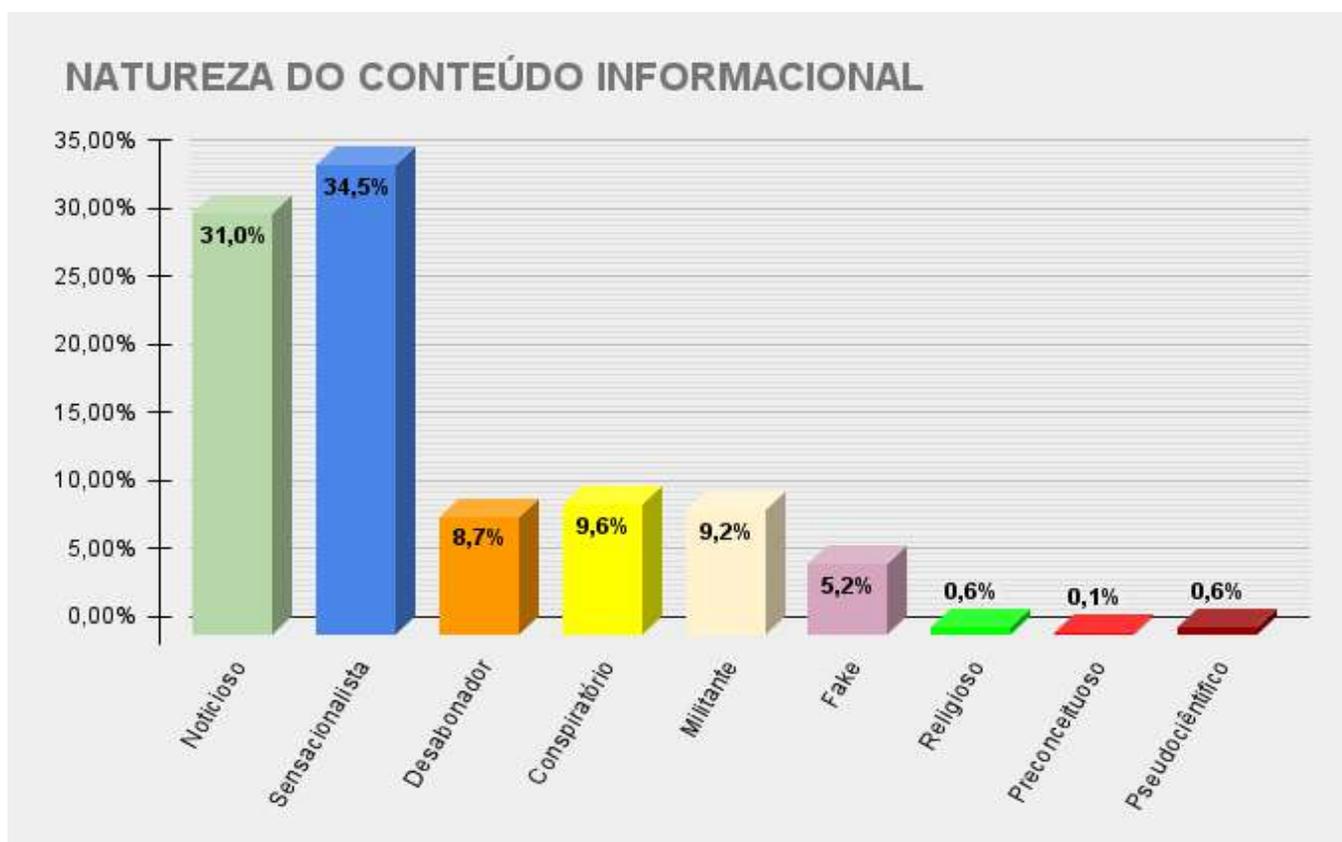
Tabela 2 : Códigos : Fonte do conteúdo informacional

Conspiratório	Remete às principais correntes conspiracionistas
Sensacionalista	Usa linguagem alarmista e provocativa, assim como informações distorcidas
Desabonador	Desacredita opositores políticos
Militante	Apoia alguma ação ou postura do presidente
<i>Fake</i>	Apresenta conteúdo falso sob a forma de notícia
Preconceituoso	Divulga conteúdo de ódio voltado para grupos específicos e minorias
Pseudocientífico	Divulga informações sem comprovação científica
Religioso	Refere-se a práticas e crenças religiosas
Noticioso	Divulga conteúdo informacional que não apresenta alguma das demais características

Fonte: Retirado de artigo próprio

Após a codificação do conjunto de dados, e identificação dos tipos de conteúdos e tipos de fontes, foi feita a quantificação dos códigos. Visando apresentar os tipos de conteúdos e de fontes mais recorrentes presentes nas mensagens, os resultados da pesquisa foram sintetizados nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Natureza do conteúdo informacional



Fonte: Retirado de artigo próprio

No gráfico 1, fica explícito o caráter sensacionalista do conteúdo compartilhado nos grupos, de maneira que há um maior compartilhamento de mensagens de teor sensacionalista, esse gráfico é interessante pois indica, o quanto cada tipo de conteúdo ocupa do todo das mensagens compartilhadas. No gráfico 2, é mostrada a quantidade que ocupa cada tipo de fonte na produção de mensagens, sendo que as mídias hegemônicas ocupam uma parcela significativamente pequena. Enquanto os sites, que não representam

fontes necessariamente confiáveis, e as notícias categorizadas como sem fonte, ocupam a maior parcela de todo o conteúdo que era compartilhado.

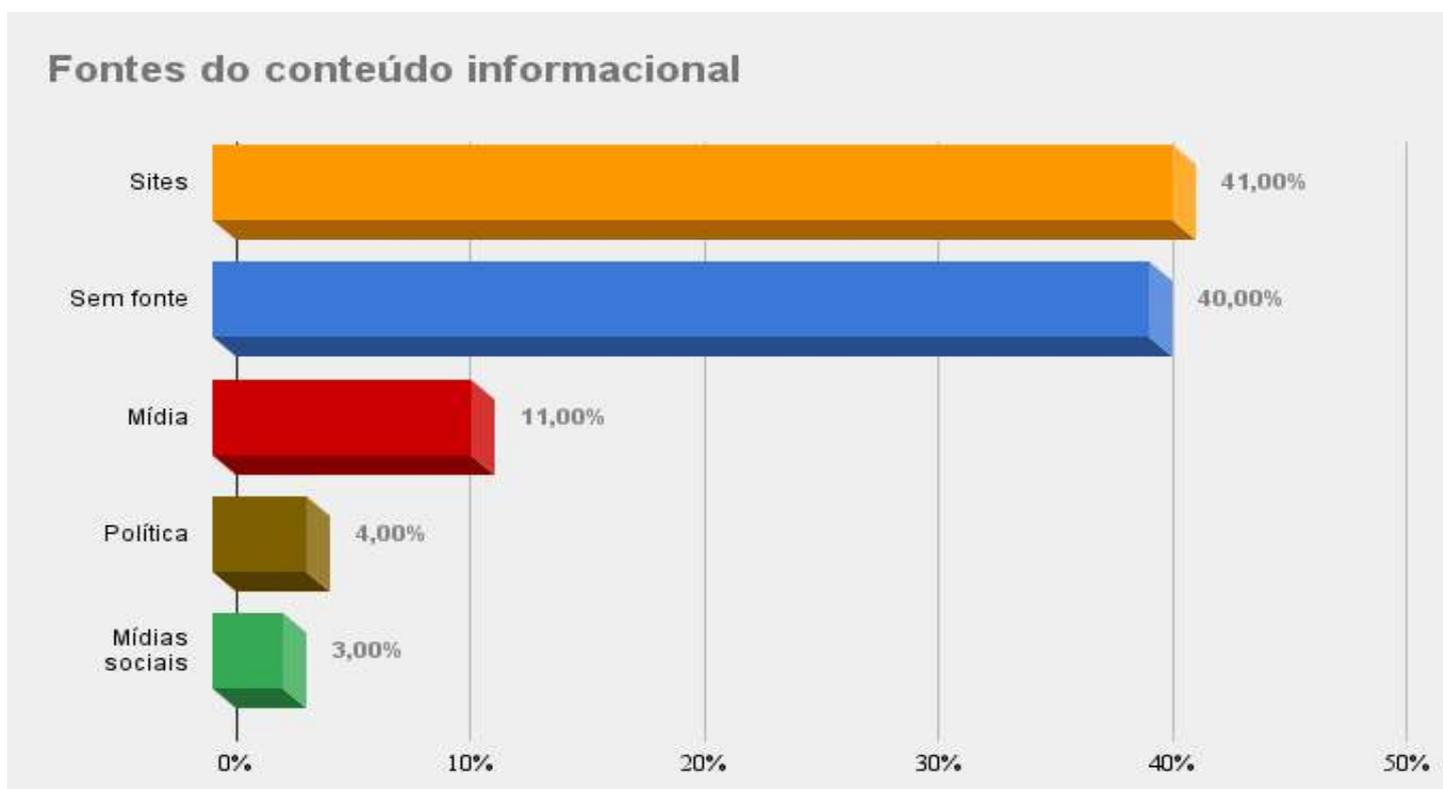
Assim como apresentado pelos gráficos, o conteúdo predominantemente religioso e preconceituoso não teve um impacto significativo na disseminação de informações sobre a COVID-19. Curiosamente, as informações pseudocientíficas representam apenas uma parcela mínima, totalizando 0,6% das mensagens analisadas. Em contraste, notícias tradicionais provenientes da mídia convencional compõem 31,4% do conteúdo. No entanto, essas notícias são frequentemente reinterpretadas e distorcidas pelos usuários, de maneira que o caráter factual e jornalístico acaba sendo ignorado.

Além das notícias utilizadas de maneira sensacionalista, observa-se um tipo de conteúdo militante que se caracteriza pelo apoio político explícito. Essas mensagens frequentemente consistem em longas listas de supostas ações positivas do governo, desprovidas de fontes, descontextualizadas e simplificadas. Essa abordagem busca respaldar o posicionamento do governo, especialmente em relação a medidas restritivas, como o *lockdown*.

A análise revela uma predominância de conteúdo conspiratório (9,6%), desabonador (8,7%) e sensacionalista (34,5%), que revela a construção permanente de uma narrativa contra os inimigos que de certa maneira ameaçavam a ordem instituída pelo Líder Bolsonaro. As teorias conspiratórias incluem especulações sobre a origem do coronavírus, sugerindo uma arma bioquímica chinesa para desestabilização global. Conteúdos desabonadores são direcionados a figuras e instituições estabelecidas, como o Partido dos Trabalhadores, a Globo e o Supremo Tribunal Federal, servindo como alvos constantes em meio a questionamentos e confrontações políticas.

Na dinâmica desses grupos, as características sociotécnicas, destacando-se o forte sentido de pertencimento e confiança entre os membros, criam um ambiente propício para a circulação de diversos tipos de conteúdo, independentemente de sua veracidade. Surpreendentemente, as fake news têm um peso menor (5,2%) em comparação com conteúdos distorcidos e alarmistas que carecem de fontes confiáveis. Nesse contexto, a disseminação de informações imprecisas e alarmantes, muitas vezes desprovidas de base factual, é mais proeminente do que a criação deliberada de notícias falsas. Essa dinâmica evidencia a relevância das características sociotécnicas na propagação de conteúdos, mesmo quando sua veracidade é questionável, ressaltando a importância do sentido de confiança e pertencimento no funcionamento desses grupos no WhatsApp.

Gráfico 2 - Fontes do conteúdo informacional



Fonte: Retirado de artigo próprio

Isso sugere, que nesse ambiente, a veracidade e seriedade das informações não eram prioritárias, indicando que o objetivo principal era a propagação na rede. Mesmo que isso pudesse prejudicar indivíduos, instituições ou a sociedade como um todo, havia um interesse em disseminar o conteúdo, destacando a falta de preocupação com a validade das informações compartilhadas.

Esse estudo analisou o papel do WhatsApp, como mecanismo de controle de informação durante a pandemia de COVID-19, e destaca um mecanismo sofisticado de manipulação sistemática. A partir da identificação da distorção significativa na natureza e nas fontes das informações compartilhadas, a pesquisa sugere que o WhatsApp foi instrumentalizado para sustentar o poder do governo, legitimando uma postura negacionista à pandemia. A estrutura argumentativa da rede ecoa as falas e ações do governo em prol da reabertura econômica, do afrouxamento, do isolamento e do questionamento da ciência, prejudicando a realização de medidas reais de enfrentamento da pandemia.

Aqui o WhatsApp, emerge como um espaço de ativismo político, onde os participantes se sentem livres e pertencentes a uma comunidade, esse sentimento de liberdade acaba sendo explorado para alimentar uma máquina de consenso social, impulsionado pelo sentimento de desconfiança institucional e indignação. A lógica informacional promovida motiva e mobiliza a sociedade, não apenas influenciando a opinião pública, como também interferindo nas políticas públicas de enfrentamento da pandemia, assim como indicado na seção a seguir.

4 DESINFORMAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando o cenário de desordem informacional, queremos destacar o seu impacto na implementação das políticas públicas. Para tanto, utilizaremos conceitos chave na literatura sobre políticas públicas, entre esses a questão da opinião pública, e quanto ao funcionamento do ciclo de formulação de uma política pública.

A opinião pública é um conceito multidisciplinar que transcende a sociologia, comunicação e a ciência política, sendo portanto objeto de diferentes interpretações. Em geral, podemos dizer que se trata de um conjunto de opiniões, crenças e atitudes compartilhadas por um grupo de pessoas sobre determinado assunto. Na visão de Jürgen Habermas (1962), a opinião pública é um derivado da esfera pública, que por sua vez caracteriza-se como um espaço social, onde os indivíduos podem reunir-se para discutir e deliberar sobre questões de relevância coletiva. De acordo com o autor, a opinião pública deve resultar de um processo discursivo racional, ao qual os participantes podem expressar suas opiniões e argumentos de maneira livre e equitativa, nesse contexto a liberdade e igualdade são pontos fundamentais para a construção da melhor opinião pública. Conforme a perspectiva habermasiana, a opinião pública deve repousar sobre três premissas fundamentais. Primeiramente, a liberdade de expressão, de maneira que os indivíduos expressem suas opiniões sem receio de retaliação. Em segundo lugar, a igualdade de condições, onde assegura-se que todos tenham oportunidades equivalentes de participar no processo de formação da opinião. Por fim, a racionalidade comunicativa desempenha um papel crucial, indicando que a opinião pública deve ser fundamentada em argumentação racional e diálogo construtivo (HABERMAS, 1962).

Na sociedade contemporânea, a formação da opinião coletiva se dá através de uma variedade de fontes, incluindo com isso meios de comunicação em âmbito digital. As redes sociais e os meios de comunicação têm papéis fundamentais na propagação de informação e orientação dos cidadãos sobre os assuntos de interesse público, transformando o espaço e a dinâmica de formação da opinião pública, assim como apresentado na seção anterior.

Compreender a dinâmica de formação da opinião pública, é fundamental, não apenas como um fenômeno em si, mas também como um componente intrínseco no ciclo de formulação e implementação de políticas. As opiniões, crenças e atitudes dos grupos de indivíduos moldam a esfera pública, influenciando e legitimando dessa forma diretamente o poder político, já que:

"A opinião pública é responsável por legitimar o poder político, pois é através dela que os cidadãos expressam suas demandas e interesses aos governantes. A opinião pública, portanto, é um elemento essencial da democracia." (Habermas, 1962, p. 20)

Mais especificamente, utilizando o arcabouço teórico do ciclo das políticas públicas, identificamos as fases de formação da política, desde sua formulação até a avaliação de seus impactos, mostrando a sua relação com a opinião pública. Esse ciclo é geralmente dividido em estágios, que se diferenciam por características específicas, sendo esses (LOTTA, 2019):

- 1- Formação da agenda: é a fase inicial do processo, onde o governo ou as partes interessadas identificam e definem temas prioritários, fazendo uma coleta de dados, consultando especialistas e observando os recursos disponíveis no estado, essa fase geralmente é analisada para compreender como e por que determinados temas ganham mais ou menos prioridade, por parte da ação governamental (SOUZA, 2003; CAPELLA, 2006) ;
- 2- é a fase de apresentação de soluções ou alternativas, nesse momento fica definido o objetivo da política, quais serão os programas desenvolvidos e as linhas de ação;
- 3- Processo de tomada de decisão: nesse momento é definido qual será o curso de ação adotado;
- 4- Implementação: é o momento em que o que foi planejado nas etapas anteriores, se torna realidade, onde são direcionados os recursos necessários para a execução da política; (HILL; VARONE, 2016)
- 5- Avaliação: consiste na fase final, que é o que garante também o sucesso da política, onde se dá pela supervisão e controle da política.

Ao longo da pesquisa nos questionamos de que forma a formação da opinião pública e conseqüentemente a desinformação interferem nesse ciclo. A cartilha publicada pela USP, "Cartilha das Fake News e Políticas Públicas", destaca 23 possíveis impactos de *fake news* e desinformação sobre as políticas públicas. Existem duas dimensões principais a considerar ao analisar os impactos da desinformação: Atores/Estrutura e Estado/Sociedade. A desinformação pode afetar os agentes reguladores, burocratas, parlamentares, agentes judiciais e partidos, a desinformação pode afetar suas ações. Além disso, na estrutura do estado, pode influenciar relações externas, orçamento público, recursos e planejamento, comunicação governamental e confiabilidade das instituições.

Contudo, esses efeitos não se limitam aos atores políticos, pois se estendem à sociedade em geral, moldando a adesão a ideias políticas, comportamentos cotidianos e percepções da realidade. Uma análise aprofundada dessas dimensões revela que a desinformação não

apenas prejudica o funcionamento de diversos atores no processo político, mas também tem consequências amplas para o tecido social. Entender esses detalhes é crucial para desenvolver estratégias eficazes na mitigação dos efeitos prejudiciais da desinformação na implementação de políticas públicas robustas e baseadas em evidências.

A influência da desinformação se manifesta de maneira marcante durante a fase de implementação de políticas. Durante a Pandemia da COVID-19, por exemplo, os desafios foram evidentes nos diversos níveis do aparato estatal. Burocratas de médio escalão, que muitas vezes atuam como elo entre formuladores de políticas e implementadores, foram afetados, com cargos sendo preenchidos por defensores de tratamentos sem comprovação científica. Profissionais de saúde na linha de frente, como médicos e enfermeiros, foram impactados pela disseminação de informações falsas, resultando na prescrição de tratamentos sem eficácia comprovada. Ministros da Saúde foram demitidos por não endossarem publicamente abordagens baseadas em desinformação, ilustrando como a falta de alinhamento com narrativas específicas podem ter consequências na tomada de decisões de alto escalão.

Além disso, a desinformação demonstrou ter um impacto significativo no planejamento estatal, como evidenciado pela demora na criação de comitês de gestão durante a pandemia. Acusações infundadas contra instituições respeitáveis, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ilustram como a desinformação pode desmoralizar organizações essenciais, prejudicando sua capacidade de influenciar positivamente a implementação de políticas baseadas em evidências. Esses exemplos ressaltam a complexidade e a amplitude dos desafios enfrentados durante a fase de implementação de políticas públicas em meio ao cenário da desinformação (B, S, MATOS. E, C, MORAES. I, N, MIRANDA. L, S, MENEZES. M, V, ROSSI.).

A implementação de políticas públicas é um processo complexo e desafiador. Ela envolve a tradução de objetivos e diretrizes políticas em ações concretas, que devem ser realizadas por diferentes atores e instituições.

Os estudos sobre implementação de políticas públicas evoluíram ao longo das décadas. Na primeira geração, nos anos 1970, a ênfase estava na análise "top down", buscando compreender se as políticas públicas eram implementadas conforme planejado, com foco na correção de falhas para preservar a legitimidade democrática. A segunda geração, a partir dos anos 1970 e 1980, adotou uma perspectiva "bottom up", considerando a implementação como parte de processos complexos e contínuos, sem rigidez normativa, entendendo-a como parte natural do processo. Na terceira geração, nos anos 1990, modelos

sintéticos foram propostos para integrar abordagens top down e bottom up, explorando ambientes de formulação e implementação com considerações sobre ambiguidade e conflito (LOTTA, 2019).

A atual fase dos estudos sobre implementação, representada pela quarta geração, destaca-se pela diversidade de modelos e abordagens analíticas disseminados globalmente. Essa geração é notável pela maior influência de campos interdisciplinares, especialmente a Sociologia, nas análises de implementação. Além disso, caracteriza-se pelo foco em temas relacionados aos novos modelos de ação estatal, que se complexificam após os processos de reformas do Estado. Questões como governança, instrumentos de ação pública, a dinâmica entre atores estatais e não estatais, os arranjos institucionais inovadores, os processos multinível, sistemas de coordenação e capacidades estatais na implementação emergem como tópicos centrais nessa nova agenda de pesquisa (SAETREN, 2014; HILL; HUPE, 2003; HOWLETT, 1991).

Nesse contexto evolutivo, a relação entre desinformação e implementação de políticas públicas ganha destaque. Lotta (2019) destaca que é nesse estágio que os planos se convertem em ações concretas. A desinformação, ao influenciar a percepção pública e moldar o ambiente político, pode representar um desafio significativo durante a implementação, afetando a forma como as políticas são executadas e, conseqüentemente, os resultados práticos alcançados. Essa interação complexa entre desinformação e implementação destaca a importância de abordagens multidisciplinares e estratégias adaptativas para lidar com os desafios emergentes no cenário político e social.

No contexto da Pandemia COVID-19, houveram várias problemáticas em relação às informações falsas e a implementação das políticas de saúde, tão necessárias durante esse período. A figura 3, retirada do levantamento em grupos bolsonaristas, ilustra a maneira como a desinformação pode afetar as políticas de combate ao vírus durante esse trágico momento. Sabemos que a desinformação pode ter impacto na implementação das políticas em várias frentes, desde fazer com que a população se oponha às políticas, até mesmo levar as pessoas a cobrarem por políticas que não são eficazes, ou atrapalhar o sucesso da implementação de alguma delas.

Em alguns casos, testemunhamos posições, como por exemplo o uso de hidroxicloroquina, que foram amplamente defendidas pelo ex-presidente Bolsonaro e que tiveram forte eco na sociedade. O presidente Jair Bolsonaro foi um dos principais defensores do uso da cloroquina/hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19. Ele chegou a afirmar

que esses medicamentos eram "um milagre" e que poderiam "salvar vidas". Assim, por exemplo:

A secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro, citou nesta quarta-feira (20) o "clamor" da sociedade por respostas no combate à Covid-19 como uma das motivações para a elaboração da nova regra que permite o uso da cloroquina mesmo em casos leves. O ministério não apresentou estudos recentes como justificativa para adoção do medicamento. (G1, 20/05/2020)

Figura 3 - Bolsonaro em vídeo tomando cloroquina



“Estou me sentindo muito bem. Estava mais ou menos domingo, mal na segunda-feira e hoje, terça, estou muito melhor do que sábado. Então, com toda a certeza, está dando certo”, disse.

Fonte: CNN Brasil

Ao apoiar o uso deste medicamento, o ex-presidente Bolsonaro trazia a tona uma postura negacionista em relação a pandemia, corroborando com uma estratégia de minimização da gravidade do vírus. Considerando o mesmo apenas como uma “gripezinha”, contestando com isso a necessidade de seguir as recomendações das organizações de saúde e dos cientistas, como o isolamento social e o uso de máscaras, assim como indicado pela reportagem:

“Se ficar em lockdown 30 dias acabar com o vírus, eu topo, mas sabemos que não vai acabar”, afirmou o presidente durante evento no Palácio do Planalto nesta segunda-feira 22 para a assinatura do decreto que regulamenta o Fundeb.” (COSTA, 2021)

Essa estratégia foi adotada pelo governo com o objetivo de retomar as atividades econômicas do país à "normalidade". A cloroquina/hidroxicloroquina era vista como uma

forma de permitir que as pessoas evitassem o isolamento social, sem que corressem o risco de contrair o vírus. No entanto, estudos científicos mostraram que a cloroquina/hidroxicloroquina não é eficaz no tratamento da COVID-19. Além disso, esses medicamentos podem causar efeitos colaterais graves, como problemas cardíacos e neurológicos. Ainda assim, Bolsonaro continuou a defender o uso da cloroquina/hidroxicloroquina. Ele usou ativamente as redes sociais, principalmente o Twitter, para propagar a suposta eficácia desses medicamentos.

Figura 4 - Twitter de Bolsonaro, defesa cloroquina.



Tuíte de Bolsonaro — Fonte: Twitter

Esse tipo de publicação do presidente contribuiu para a desinformação sobre a COVID-19 e para o aumento da resistência à vacinação. Além disso, elas prejudicaram a credibilidade do governo brasileiro em relação à pandemia. A defesa da cloroquina/hidroxicloroquina por Bolsonaro foi uma das principais controvérsias da sua gestão durante a pandemia. Essa estratégia questionável foi baseada em interesses políticos e econômicos, e não em evidências científicas, o que denota a instrumentalização da pandemia para benefícios particulares não atrelados ao bem estar coletivo.

Tais atitudes e ações por parte do governo Bolsonaro tiveram um impacto significativo na sociedade brasileira. As declarações do presidente, que chegou a afirmar que esses medicamentos eram "um milagre" e que poderiam "salvar vidas", contribuíram para gerar uma falsa percepção de que esses medicamentos eram eficazes na prevenção e no

tratamento da doença, mesmo sem respaldo científico comprovado. Essa demanda intensa resultou em um uso indiscriminado dos medicamentos, muitas vezes sem prescrição médica, o que pode ter graves consequências para a saúde dos pacientes.

Essa falsa percepção levou a uma corrida às farmácias em busca desses medicamentos, resultando em um esgotamento dos estoques (Folha de SP, 2021), ao mesmo tempo em que gerou grandes lucros para as empresas produtoras. De acordo com uma análise da Folha de São Paulo, com base em documentos sigilosos enviados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, o faturamento dessas empresas pode ter ultrapassado a marca de R\$1 bilhão de reais. Esses números evidenciam não apenas os efeitos diretos das declarações presidenciais na saúde pública, mas também suas ramificações econômicas, gerando lucros substanciais para a indústria farmacêutica em meio à pandemia. As declarações de Bolsonaro sobre a cloroquina e a hidroxicloroquina são um exemplo de como a desinformação pode ter um impacto negativo na sociedade, inclusive comprometendo a realização de uma política de enfrentamento da pandemia.

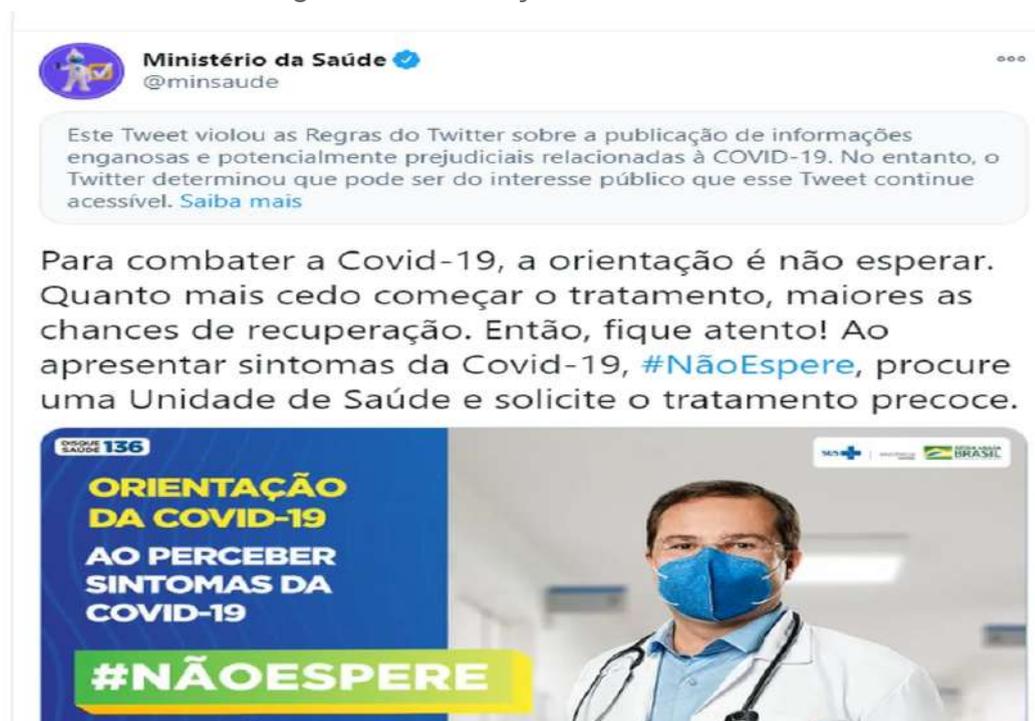
A CPI da COVID-19 investigou as ações do governo federal no combate à pandemia e concluiu que o governo Bolsonaro foi responsável por uma série de desinformações sobre a doença. A CPI também identificou que as declarações de Bolsonaro sobre a cloroquina e a hidroxicloroquina contribuíram para o aumento da resistência à vacinação (GUIMARÃES, ROCHA, GOMES, AMADO, MARINS, MILITÃO, LOPES, SCHELB, 2021). O incentivo à não vacinação foi uma das principais estratégias do governo Bolsonaro para combater a pandemia. O presidente chegou a afirmar que a vacinação era "uma escolha pessoal" e que os brasileiros deveriam "se informar e decidir o que é melhor para si". Essas declarações, que contrariavam as recomendações das organizações de saúde, contribuíram para a desinformação sobre a vacinação e para o aumento da resistência à imunização. A resistência à vacinação foi um dos principais fatores que contribuíram para o agravamento da crise sanitária no Brasil. O país teve um dos piores índices de vacinação contra a COVID-19 do mundo, o que resultou em um número elevado de mortes e de casos graves da doença.

"Como sempre, eu nunca fugi da verdade, eu te digo: eu não vou tomar vacina e ponto final. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é eu. E ponto final!". (Poder 360, 2022)

Ao contrário das recomendações dos cientistas, o governo brasileiro adotou de fato uma estratégia controversa, pela defesa de medicamentos sem eficácia comprovada como tratamento precoce da doença. Essa estratégia ficou conhecida como “kit covid”, e foi

baseada na desinformação contribuindo para o agravamento da doença. De acordo com um artigo publicado no Jornal da USP, o kit covid incluía medicamentos como a hidroxicloroquina, a azitromicina, a ivermectina e o zinco. A defesa do kit covid pelo governo Bolsonaro foi baseada em informações falsas, que foram disseminadas por meio de redes sociais e de grupos bolsonaristas. Essas informações levaram a uma falsa percepção de que o kit covid era eficaz, o que resultou em um aumento do uso desses medicamentos, muitas vezes sem prescrição médica (Jornal da USP. 2023, 25 de agosto).

Figura 5 : Orientação Ministério da Saúde - Twitter



Fonte: G1, 2021

Assim, podemos entender que a disseminação de informações falsas, permeadas por conteúdos contrários à ciência e veiculadas nas redes sociais, contou com o respaldo do presidente da República. Este apoio tinha como propósito influenciar a opinião pública, visando angariar apoiadores para uma vertente ideológica da política governamental, buscando legitimar as decisões públicas tomadas. Esse processo desinformativo teve um impacto prejudicial na implementação de políticas públicas eficazes de saúde para combater a COVID-19, desarticulando a abordagem governamental embasada em fundamentos científicos confiáveis. Essa campanha desinformativa, respaldada pelo mais alto cargo do governo, comprometeu a eficácia das medidas de saúde pública ao desestruturar a ação governamental fundamentada em dados científicos sólidos. Como resultado, observou-se

um enfraquecimento significativo no combate ao vírus, expondo a vida da população brasileira a riscos desnecessários. A disseminação de informações inverídicas minou não apenas a integridade do processo de implementação de políticas de saúde, mas também a confiança da população nas ações governamentais, comprometendo, assim, a efetividade das medidas destinadas a proteger a saúde pública durante a pandemia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi mencionado anteriormente neste trabalho, as tecnologias de comunicação e informação transformaram fundamentalmente a forma como nos comunicamos e obtemos informações. A informação é essencial para a assimilação de conhecimento, opiniões, bem como para a construção dos alicerces democráticos. No entanto, essas tecnologias também podem ser utilizadas para disseminar desinformação, um fenômeno que tem se tornado cada vez mais grave nos últimos anos.

A desinformação pode se entrelaçar com as políticas públicas, atuando como um manipulador da opinião pública e provocando danos irreparáveis aos regimes democráticos. Ao longo da última década, o fenômeno desinformativo ganhou proporções globais, marcando eventos cruciais como as eleições norte-americanas de 2016, as discussões em torno do Brexit e as eleições brasileiras de 2018, e mais recentemente a pandemia da Covid-19.

No âmbito deste trabalho, dedicamo-nos a discutir e analisar o uso da desinformação no governo Bolsonaro e seus impactos na implementação de políticas públicas durante a pandemia COVID-19. Identificamos que a desinformação propagada pelo presidente e seus aliados tinha o objetivo claro de defender suas ideologias políticas, manipulando a opinião pública para apoiar suas decisões políticas. Essa constatação reforça nossa hipótese de que, embora a opinião pública não seja o elemento central na construção de políticas públicas, ela desempenha um papel de pano de fundo e pode ser utilizada por agentes com interesses individuais. Assim, nosso objetivo não é solucionar definitivamente esse debate, mas sim destacar a complexidade do fenômeno e sua relevância sociopolítica. Ademais, foi possível também trazer à tona um estruturado esquema de propagação de desinformação no WhatsApp, mostrando como se dá o funcionamento dos grupos bolsonaristas.

A partir deste estudo, ressaltamos a importância de repensar a influência das novas tecnologias na sociedade. A desinformação, no capitalismo digital é algo rentável além de destrutivo para as democracias. O combate a esse fenômeno, é essencial para o funcionamento do estado democrático, trazendo mais poder de decisão aos cidadãos, e fortalecendo a confrontação de opiniões, fazendo assim uma democracia verdadeiramente participativa. A discussão entre desinformação e a influência sob as políticas públicas é fundamental para entendermos como funcionarão as sociedades futuras e presentes, para que possamos preservar, fortalecer e ter êxito na implementação de futuras políticas.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, H. & GENTZKOW, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, 31(2), 211-236. Disponível em: DOI:10.1257/jep.31.2.211 Acesso em 4 de outubro de 2023.
- BAPTISTA, E.; ROSSINI, P.; OLIVEIRA, V.; Stromer-Galley, Jennifer. A circulação da (des)informação política no WhatsApp e no Facebook. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação PPGCOM-UFJF**, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 29 a 46, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28667/20039> acesso em: 6 de outubro de 2023.
- WENDLING, MIKE. Como o termo 'fake news' virou arma nos dois lados da batalha política mundial. **BBC NEWS BRASIL**. (2018, 27 DE JANEIRO). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796>: Acesso em: 23 de Novembro
- CAPELLA, A. (2006) Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 61, p. 25-52. ISSN 1516-8085. Semestral.
- CARDOSO, B.; EVANGELISTA, R. **O vírus segundo o WhatsApp: desinformação e morte no Brasil de Bolsonaro**. [S.l], Lavits, 08/06/2020 Disponível em: <https://lavits.org/o-virus-segundo-o-whatsapp-desinformacao-e-morte-no-brasil-de-bolsonaro/> acesso em: 6 de outubro de 2023.
- SAMPAIO, BRENDA LY. CUGLER, ERGON. CUCCIN, ISABELA. SAKIHAMA, LETÍCIA. ROSSI, MARCOS. **Fake news e políticas públicas: mapeando potenciais impactos na gestão pública**. CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). São Paulo: USP. Ed. 02. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Tq95zqtBvlyUOoaHy9qJwX6pZIHwjC4M/view> Acesso em: 11 de dezembro, 2023.
- COLLINS DICTIONARY. **Collins 2017 Word of the Year Shortlist**. Collins Language Lovers' Blog, 2 de novembro de 2017. Disponível em: <https://blog.collinsdictionary.com/language-lovers/collins-2017-word-of-the-year-shortlist/> . Acesso em: 4 de outubro de 2023.

EGLER, T.T.C.; COSTA, T.; GONÇALVES, P.P. 259. A (in)visibilidade da rede tecnopolítica bolsonarista. **Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**. Rio de Janeiro, v 25, 2021, <https://doi.org/10.1344/ara2021.259.36699>.

TAMARA TANIA COHEN EGLER, FABIANA MABEL DE OLIVEIRA E LUCAS TRAJANO, «Rede no Rio: dominação e indignação», **Espaço e Economia [Online]**, 5 | 2014, posto online no dia 16 dezembro 2014, consultado o 22 janeiro 2024. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/1089> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.1089>

EGLER, TAMARA TANIA COHEN . Digitalização do território. **Letra Capital**, Rio de Janeiro: 2013. v. 1. 214p

Estados Unidos. Departamento de Justiça. Gabinete do Procurador Especial. **Relatório sobre a investigação envolvendo a Rússia na eleição presidencial de 2016**. Washington, D.C.: Gabinete do Procurador Especial, 2019. Disponível em: <https://www.documentcloud.org/documents/5955118-The-Mueller-Report> Acesso em: 4 de outubro de 2023.

FALLIS, DON. "What Is Disinformation?" **Library Trends, Johns Hopkins University Press** SN vol. 63 no. 3, 2015, p. 401-426. Project MUSE, <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014>.

FORSTER, RENÊ; AND RODRIGO MONTEIRO DE CARVALHO. "Discursos De ódio No Contexto Da Desordem Informacional: Como Resolver?" **Soletras** (São Gonçalo), 2022 (43). Web. https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_12957_soletras_2022_64759

GUESS, A; NYHAN, B. & REIFLER, J. . Selective Exposure to Misinformation: Evidence from the consumption of fake news during the 2016 US presidential campaign. **European Research Council**. Bruxelas. January 9, 2018. Acesso em 4 de outubro de 2023 Disponível em: <https://about.fb.com/wp-content/uploads/2018/01/fake-news-2016.pdf>

GUILLERMO ALTARES. A longa história das notícias falsas. **El País**, Madri, 18 Junho 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html Data de acesso : 4 de outubro de 2023

GUIMARÃES, MARINA; ROCHA, MARCELO; GOMES, GUILHERME; AMADO, GUILHERME; MARINS, CAROLINA; MILITÃO, EDUARDO; LOPES, PEDRO; SCHELB, GUILHERME. Volta da CPI da COVID: perguntas, vacinas, corrupção e fake news. **G1 GLOBO**. Brasil, 31/07/2021.

<https://especiais.g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/2021/volta-da-cpi-perguntas-va-cina-corrupcao-fake-news/>

HABERMAS, J. **The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society**. Cambridge, MA: MIT Press. (1962), 328 pp
<https://mitpress.mit.edu/9780262581080/the-structural-transformation-of-the-public-sphere/> Acesso em: 11 de dezembro, 2023)

HILL, M. J.; HUPE, P. L. The multi-layer problem in implementation research. **Public Management Review**, (2003) v. 5, n. 4, p. 471-490.

HILL, M. J.; VARONE, F. Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news. **INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social**. São Paulo (2019, 20 DE AGOSTO). Disponível em:

<https://intervozes.org.br/publicacoes/desinformacao-ameaca-ao-direito-a-comunicacao-muito-alem-das-fake-news/> :

HOWLETT, M. Policy instruments, policy styles and policy implementations, national approaches to theories of instrument choice. **Policy Studies Journal**, (1991) v.19, n. 2, p. 1-21,

JACK, CAROLINE. Lexicon of lies: Terms for problematic information. **Data & Society Research Institute**, Nova York. 2017. Acesso: 4 de outubro de 2023 Disponível em: https://datasociety.net/pubs/oh/DataAndSociety_LexiconofLies.pdf

FERREIRA, IVANIR. Tratamento precoce e kit covid: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. **Jornal Da Usp**. (2023, 25 de agosto). Recuperado de <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/> Acesso em: 11 dez. 2023.

JOURNALISM, 'FAKE NEWS' & DISINFORMATION: Handbook for Journalism Education and Training . **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)**. 2018. Acesso em : 26 de Outubro de 2023, Disponível em : <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>

JONAS C. L. VALENTE, «Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema», **Comunicação Pública [Online]**, 13 dezembro 2019. Vol.14 nº 27 | 2019, consultado o 04 outubro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/cp/5262>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.5262>

KRAUS, LALITA; MEIRA, ALAN; BARBOSA, MATHEUS. O poder técnico-informacional do Whatsapp em tempos de covid-19. [**Comunicação & Inovação**], 2022. volume 23, 57-73. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8299/3622 acesso em: 6 de outubro de 2023

LAZER, DAVID & BAUM, MATTHEW & BENKLER, YOCHAI & BERINSKY, ADAM & GREENHILL, KELLY & MENCZER, FILIPPO & METZGER, MIRIAM & NYHAN, BRENDAN & PENNYCOOK, GORDON & ROTHSCHILD, DAVID & SCHUDSON, MICHAEL & SLOMAN, STEVEN & SUNSTEIN, C. & THORSON, EMILY & WATTS, DUNCAN & ZITTRAIN, JONATHAN. The science of fake news. **Science**. (2018) 359. 1094-1096. https://www.researchgate.net/publication/323650280_The_science_of_fake_news Acesso: 4 de outubro de 2023

LOTTA, GABRIELA. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019

MAGENTA, M.; GRAGNANI, J.; SOUZA, F. How WhatsApp is being abused in Brazil's elections. **BBC NEWS**, 24, Outubro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-45956557> . Acesso em: 30 jan. 2023.

MARCO ANTÔNIO SOUSA ALVES & EMANUELLA RIBEIRO HALFELD MACIEL 2020: O Fenômeno das Fake News: Definição, Combate e Contexto. **Revista InternetLab**. Fevereiro de 2020 N. 1 / V. 1 /. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/> Acesso em: 4 de outubro de 2023

MARCHAL, N., KOLLANYI, B., NEUDERT, L. M. HOWARD, P. N. Junk news during the EU parliamentary elections: Lessons from a seven-language study of Twitter and Facebook. **Oxford Internet Institute**. (2019) Disponível em: <https://demtech.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/12/2019/05/EU-Data-Memo.pdf> Acesso: 4 de outubro de 2023

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, OPAS. (2024). **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> . Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

PARISER, E. **The filter bubble: What the Internet is hiding from you**. New York: (2011) Penguin Press. Partes do texto disponível em:

https://www.academia.edu/34426834/The_Filter_Bubble_Eli_Pariser Acesso: 4 de Outubro de 2023

LEAL, Ana Regina Barros Rêgo. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação - **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 221-232, jan./mar. 2021. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47075> Acesso em : 4 de outubro de 2023

SAETREN, H (2014). Implementing the third generation research paradigm in policy implementation research: an empirical assessment. **Public Policy and Administration**, v. 29, n. 2, p. 84-105

SANCHES, NEUZA. Exclusivo: WhatsApp é líder e está em 240 milhões de celulares no Brasil. **REVISTA VEJA**. (22 de agosto de 2022) Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/neuza-sanches/exclusivo-whatsapp-e-lider-e-esta-em-240-milhoes-de-celulares-no-brasil> acesso em: 6 de outubro de 2023

SANTANA, RAMON DAVI, AND BARBARA COELHO NEVES. "Entre Filtros E Bolhas." Logeion : **Filosofia Da Informação**. (2022): 47-64. Web.

https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_openaire_primary_doi_df1110ffddbc0de995a9f3a0883bd488

SILVA, RODRIGO. Twitter faz alerta em post do Ministério da Saúde de informação enganosa. **G1 GLOBO**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/16/twitter-faz-alerta-em-post-do-ministerio-da-saude-de-informacao-enganosa.ghtml> . Acesso em: 11 dez. 2023.

SOUZA, CELINA. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003. v. 18, n. 51. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15983.pdf>>

TANDOC JR, E. C., LIM, Z. W., & LING, R. Defining “fake news” A typology of scholarly definitions. **Digital journalism**, 2018. 6(2), 137-153. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4948550/mod_resource/content/1/Fake%20News%20Digital%20Journalism%20-%20Tandoc.pdf Acesso em: 4 de outubro de

2023

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Pílulas contra a desinformação: notícias falsas circulam 70% mais rápido do que as verdadeiras.** (2022, JUNHO). Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contra-a-desinformacao-noticias-falsas-circulam-70-mais-rapido-do-que-as-verdadeiras>

TUFEKCI, ZEYNEP. **Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest.** University Press. (2017). DOI: 10.12987/9780300228175 Disponível em:

<https://www.twitterandteargas.org/downloads/twitter-and-tear-gas-by-zeynep-tufekci.pdf> Acesso em: 4 de outubro 2023

WARDLE, CLAIRE; DERAKHSHAN, HOSSEIN. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making.** Council of Europe September 27, 2017. Disponível em:

<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c> . Acesso em: 4 de outubro de 2023.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

BRASIL. CARTACAPITAL. Se ficar em lockdown por 30 dias acabar com o vírus, eu topo, mas sei que não vai, diz Bolsonaro. São Paulo, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/se-ficar-em-lockdown-por-30-dias-acabar-com-o-virus-eu-topo-mas-sei-que-nao-vai-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. G1. Twitter põe aviso em post de Bolsonaro sobre tratamento precoce contra Covid que não tem comprovação. Rio de Janeiro, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/01/15/twitter-poe-aviso-em-post-de-bolsonaro-sobre-tratamento-precoce-contra-covid-que-nao-tem-comprovacao.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

LOPES, JÚLIA. Relembre declarações de Bolsonaro sobre a vacinação. **BRASIL. PODER360** Brasília, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

SASSINE, VINICIUS. Saúde desviou 2 milhões de comprimidos de cloroquina para Covid, e programa de malária ficou sem estoque, **BRASIL, FOLHA DE S. PAULO** 28 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/saude-desviou-2-milhoes-de-comprimidos-de-cloroquina-para-covid-e-programa-de-malaria-ficou-sem-estoque.shtml>. Acesso em: 11 de Dezembro.

MARS, AMANDA. Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais. **EL PAÍS BRASIL.** Nova York. 25 de Fevereiro de 2018. Acesso em: 4 de outubro de 2023. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html

EXTRA GLOBO; 27 pessoas morrem após ingerirem álcool adulterado por acreditarem em fake news." **G1: Saúde e Ciência**, 09/03/2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/coronavirus-27-pessoas-morrem-a-pos-beberem-alcool-adulterado-por-acreditarem-em-fake-news-24294387.html> . Acesso em: 20 novembro de 2023

G1 GLOBO. Secretaria cita 'clamor' da população e necessidade de resposta para justificar liberação da cloroquina em casos leves. Bem Estar. (2020, 20 de maio)

Recuperado de

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/20/secretaria-cita-clamor-da-populacao-e-necessidade-de-resposta-para-justificar-liberacao-da-cloroquina-em-casos-leves.ghtml>

CARVALHO, L. WhatsApp é o aplicativo mais utilizado por metade dos brasileiros; **G1 GLOBO** (2022, 11 de janeiro). confira a lista.

<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/01/11/whatsapp-e-o-aplicativo-mais-utilizado-por-metade-dos-brasileiros-confira-a-lista.ghtml> acesso em: 6 de outubro de 2023